



Itaú quebra compromisso e demite durante a pandemia



Contraf-CUT e COE repudiam demissões do Itaú

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu com representantes do banco para protestar contra as demissões que ocorreram em várias cidades, em todo o país. Os desligamentos contrariam o compromisso do Itaú, de não demitir durante a pandemia da covid-19.

Também contraria a própria propaganda do banco, que desenvolve uma campanha para mostrar seu lado humano na pandemia, mas demite funcionários durante a maior crise sanitária vivida pelo país nos últimos 100 anos. Leia mais sobre esse assunto em www.pactu.org.br

DENÚNCIA

Caixa segue abrindo as agências aos sábados

Empregados esgotados pela jornada extenuante de trabalho. Esse é o sintoma predominante dos trabalhadores da Caixa que vêm atuando aos sábados. Mesmo com a Contraf-CUT apelando reiteradamente pela suspensão da abertura das agências aos sábados, a Caixa insiste

com a manutenção do calendário. Com isso, a Caixa descumpra compromisso assumido em reunião de negociação, quando afirmou que se empenharia junto ao governo para a retirada do sábado do calendário de pagamentos do Auxílio Emergencial. Mais detalhes em www.pactu.org.br

CASSI

Contraf-CUT e entidades lutam para reduzir valores da coparticipação

No dia 09/09, entidades que representam os associados da Cassi se reuniram por videoconferência, para cobrar um posicionamento da Diretoria da entidade sobre o aumento da coparticipação dos associados, em vigor desde janeiro de 2019. A justificativa, na época, era a necessidade de equilibrar as

contas da Cassi, mas com o compromisso de revisar os patamares de coparticipação tão logo fosse resgatado o equilíbrio financeiro da entidade.

A reivindicação dos sindicatos é para que a coparticipação retorne aos patamares de 2018. Mais detalhes em www.pactu.org.br

Bradesco

Funcionários aprovam acordo de teletrabalho

Em assembleias virtuais realizadas de 11 a 14/09, a maioria dos empregados do Bradesco aprovou a proposta de acordo de teletrabalho, válido por dois anos. A proposta negociada com o Bradesco prevê, neste ano, ajuda de custo de R\$ de R\$ 1.080 para cobrir gastos adicionais com o teletrabalho (internet, luz, etc). Para 2021, a ajuda será de R\$ 960. O banco também se comprometeu a controlar a jornada de trabalho e respeitar os intervalos para refeição e períodos de descanso. Mais informações em www.pactu.org.br

Fetec-CUT-PR promoveu debate sobre a Reforma Tributária

Na quinta-feira (17), a Fetec-CUT-PR promoveu um debate sobre o modelo de Reforma Tributária que o Brasil precisa pra retomar o seu desenvolvimento. O debate foi transmitido ao vivo através da plataforma Zoom, do Facebook e do Youtube da Fetec-CUT-PR. A atividade contou com participação do economista, professor e doutor em Ciências Econômicas, Eduardo Fagnani, e o objetivo foi abordar a reforma dentro de uma visão solidária e civilizatória. É um contraponto ao projeto do governo Bolsonaro que, para a maioria dos economistas, não vai resolver o problema. A proposta do governo foca a simplificação do sistema de tributação, o que é interessante, mas só fala sobre imposto sobre consumo, sem abordar o imposto de renda ou a taxação das grandes fortunas. Além disso, ventila a possibilidade de recriação da CPMF.

EXPECTATIVA

Supremo vai julgar legalidade de demissão sem justa causa em empresas públicas

Uma ação judicial movida no Ceará por cinco ex-funcionários do Banco do Brasil, e que se arrasta na justiça desde 1997, poderá ter um desfecho desfavorável aos trabalhadores de empresas públicas e de economia mista. Os cinco bancários eram concursados, mas foram demitidos na época, sem que o BB apresentasse uma causa justa. A ação foi vitoriosa na primeira instância, mas os trabalhadores perderam em segunda e terceira instâncias.

O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), a quem caberá confirmar se a demissão de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, depende ou não de ato motivado para sua validade. Na fase inicial do processo no STF, o relator, ministro Alexandre de Moraes, propôs votação em plenário com repercussão geral para todas

as instâncias. Há grande expectativa em relação à decisão do Supremo. Se for reconhecida a constitucionalidade da demissão sem justa causa, mesmo mediante concurso público, a decisão se aplicará a dezenas de outros processos semelhantes em curso nos tribunais trabalhistas, de autoria de servidores e celetistas concursados.

O movimento sindical vê com preocupação. Dependendo do resultado, a pauta das privatizações poderá ganhar ainda mais força, colocando em risco empresas como o próprio Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, Correios e a Petrobras, entre outras, que vêm sofrendo sucateamento e tendo seus serviços precarizados com número insuficiente de funcionários.

O julgamento estava previsto para esta semana, mas não havia ocorrido até o fechamento desta edição.

Projeto de Lei exige autorização para privatizações



Vendas de bancos, outras empresas públicas e suas subsidiárias podem ser barradas se o projeto que altera o estatuto jurídico das empresas estatais for aprovado.

O projeto, de autoria do deputado federal Frei Anastacio Ribeiro (PT-PB) protocolado no dia 14/09, na Câmara dos Deputados, traz regras adequadas para resguardar o patrimônio, o interesse público e a função social dessas

empresas.

Se a proposta passar pelo Congresso, dependerá de aprovação mediante referendo popular a autorização legislativa para alienação de controle acionário ou para extinção de empresas e suas respectivas subsidiárias, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES e a Eletrobrás, entre outras. Mais informações em www.pactu.org.br

Fetec-CUT/PR promove curso sobre a economia política das políticas públicas

No dia 16/09, aconteceu a terceira aula do curso "A Economia Política das Políticas Públicas", realizado pela Fetec-CUT/PR. Dividido em cinco módulos e ministrado pelo economista, sociólogo e cientista político Marcelo Gonçalves Marcelino, o curso tem participação de dirigentes sindicais de todo o estado. O Pactu participa com 12 dirigentes de seus cinco sindicatos. "O enfoque é a construção de um modelo econômico dentro de uma outra visão de mundo", explica o secretário de Formação da Fetec-CUT/PR, Pablo Sergio Diaz, que também é economista e coordenador regional do DIEESE no Paraná. Para ele, a ideologia é que permeia as políticas econômicas de abrangência pública. "Um governo mais à esquerda primará por políticas solidárias, redistributivas e de inclusão como premissas. Um governo liberal, por sua vez, implementará políticas direcionadas à livre iniciativa e individualismo", exemplifica.

O objetivo do curso é proporcionar aos dirigentes sindicais um conhecimento maior sobre a economia política como norte de uma política econômica eficaz, sem endividamento e sem as consequências sociais que o país vêm sofrendo desde 2016. Os próximos módulos tratarão dos mecanismos jurídicos, institucionais e políticos que consolidaram o golpe financeiro ocorrido no Brasil e os projetos de lei a serem votados no Congresso, que amarrarão o orçamento público a empresas ligadas aos bancos.

Bancários do Bradesco já receberam a PLR

Atendendo reivindicação da Contraf-CUT, o Bradesco efetuou quinta-feira (17/09), o pagamento da primeira parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Os empregados receberam a antecipação da regra básica e da parcela adicional da PLR. A décima terceira cesta de alimentação será paga no dia 28 de setembro. Já o pagamento do abono de R\$ 2.000,00, com desconto do imposto de renda, será efetuado junto com o salário mensal. Mais detalhes em www.pactu.org.br